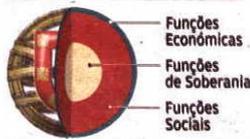


SOCIÓLOGO E INVESTIGADOR

“Hoje não há alternativa ao Estado Providência”

O Estado está a demitir-se das suas funções e, por isso, “não faz sentido falar em refundação do Estado, é antes o desmantelamento do Estado”



O NOSSO ESTADO

FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt

Só uma renegociação da dívida, dos seus prazos e dos seus valores, poderá evitar o pior, teme Boaventura de Sousa Santos. O sociólogo diz que o Estado já está a demitir-se das suas funções e que o Estado Providência, tal como o conhecemos, pode ter os dias contados.

Estamos na eminência de ver entrar em vigor o Orçamento do Estado (OE) mais restritivo e austero de que há memória. Onde vai levar esta austeridade?

Um Orçamento aprovado com tanta relutância e distância por parte até daqueles que pertencem aos partidos do Governo e mesmo membros do Governo das diferentes facções é uma situação inédita na história contemporânea. Portanto, é um OE que ideologicamente é um nado morto, cujo fracasso é uma morte anunciada. Não é exequível, a classe política está convencida disso, mas o esquema de tutela internacional em que estamos não permite outra coisa. Neste momento este Governo não tem outra opção. Ou seja, é a prova de que a nossa democracia está suspensa, porque são orientações internacionais que estão a determinar uma proposta que é inviável.

O Governo já anunciou que se prepara para avançar com novos cortes e com a chamada “refundação do Estado”.

Com o OE estão a preparar as pessoas para a sétima avaliação [da troika] e para a redefinição das funções do Estado.

A austeridade tinha uma alternativa?

Tinha, obviamente. O PS estava em perfeitas condições de dizer: assinámos o memorando na expectativa que as medidas resultassem, na altura não se conhecia o descalabro da Grécia, e acreditámos. Não deram

resultado, as expectativas políticas na base das quais assinamos o memorando não se verificaram e portanto desvinculamo-nos dele.

Devia então rasgar-se o memorando?

Essa palavra é capaz de ser muito dura, até pelo que seria a reacção do capital financeiro internacional no dia seguinte. O que é preciso é uma renegociação forte da austeridade. Este modelo já mostrou que é flexível, até com a Grécia. Quanto mais evidentes são os sinais de que isto não é problema do Sul da Europa, mais é o momento exacto para pedir uma renegociação, que passaria por uma reestruturação da dívida, não apenas com um alargamento do prazo, mas também uma redução efectiva em termos a acordar.

À semelhança do que fez a Grécia, mas já demasiado tarde?

Exactamente. O problema é que eles vão querer no momento em que o País já esteja de rastos, como estará. O que está em causa é que o neoliberalismo a nível mundial não aceita que na Europa haja um Estado Providência. Porque é o único lugar do mundo onde ainda há políticas públicas universais, com grande coerência e com enormes transferências de rendimento do sector privado para o público. E não aceita porque desde os anos 80 vem a dizer que o único modelo de capitalismo com futuro é o modelo norte-americano, de capitalismo liberal com muito pouco Estado Providência.

Será o fracasso do Estado Social?

Olhando apenas para as condições internas do País, é muito fácil chegar a essa ideia de que Portugal é um país fracassado. É evidente que não se entram em conta, porque não se quer, com as condições sistémicas. O modelo de integração da UE foi criado com condições extremamente negativas para Portugal e as autoridades portuguesas achavam que iam ser compensadas com os fundos estruturais. Houve culpas na maneira como gerimos os fundos, usando-os para liquidar a agricultura ou o mar. E há a corrupção e um país tão pequeno que se dá ao luxo de ter auto-estradas paralelas a poucos qui-

lómetros umas das outras.

Vivemos acima das possibilidades?

Não é isso. O que temos de ver é que houve erros internos, Portugal já está a pagar uma factura, mas há uma estrutura externa, a união europeia, que está a causar também esse problema. Portanto, os custos têm de ser partilhados antes que haja tanta destruição da capacidade produtiva portuguesa.

Os portugueses pedem mais ao Estado do que aquilo que estão dispostos a pagar, como diz o Ministro das Finanças?

De maneira nenhuma. O ministro das Finanças não tem um conhecimento do País. Ele tem um conhecimento de bancos alemães e das estruturas internacionais. Mas este é um sistema equilibrado, nós pagamos impostos. Os pensionistas trabalharam toda a vida para aquilo e agora é-lhes confiscado. A nossa percentagem de funcionários públicos é uma das mais baixas, não temos um funcionalismo exagerado. Essas percepções que se têm acerca dos portugueses são ideologias para intoxicar a opinião pública e permitir às pessoas engolir a dureza deste OE.

Os cortes nas prestações são já um sinal de que o Estado está a demitir-se das suas funções?

Está. É evidente. O que se ouve cada vez mais é que o Estado tem funções de soberania. De segurança e ordem pública e pouco mais. Obviamente que não vamos privatizar a justiça, os EUA privatizaram as prisões com resultados desastrosos. E as Forças Armadas já estão reduzidas à expressão mais simples. SNS, educação, segurança social e pensões. É o que eles estão a pensar. O Estado está de facto a demitir-se e por isso não faz sentido falar de refundação do Estado, é antes o desmantelamento do Estado. E o risco de pobreza está a aumentar. Será lentamente, não é uma coisa imediata, mas está a aumentar.

Resta a solidariedade inter-geracional?

É muito difícil, as pessoas não têm condições para ajudar. Hoje não há alternativa ao Estado Providência. Sem ele, vamos ter uma transição

Estamos num processo de intoxicação que permita às pessoas engolir a dureza deste orçamento.

O ministro das Finanças não tem um conhecimento do País. Ele tem um conhecimento de bancos alemães e das estruturas internacionais.

O modelo de integração da UE foi criado com condições extremamente negativas para Portugal.

Na Grécia, a extrema direita já tem uma função social e com o descalabro do Estado, está a fornecer comida. Em troca, pede apoio político.

para uma sociedade de democracia de muito baixa intensidade, socialmente fascista, em que muita gente já depende do poder de veto do patrão, do amigo que tem algum dinheiro. Não é solidariedade, é poder de veto autoritário sobre as pessoas para que possam sobreviver e isto é o caldo de cultura para que essa democracia a certa altura se torne irrelevante. E nessa altura é totalmente incerto o que possa acontecer.

Com consequências graves?

Sobretudo com os jovens. A emigração é uma solução com muitas dores para a família e é um destino incerto. Vejo com muita preocupação a gestão das expectativas negativas, porque podem criar a apetência por um catalisador de extrema direita, que agora não existe em Portugal.

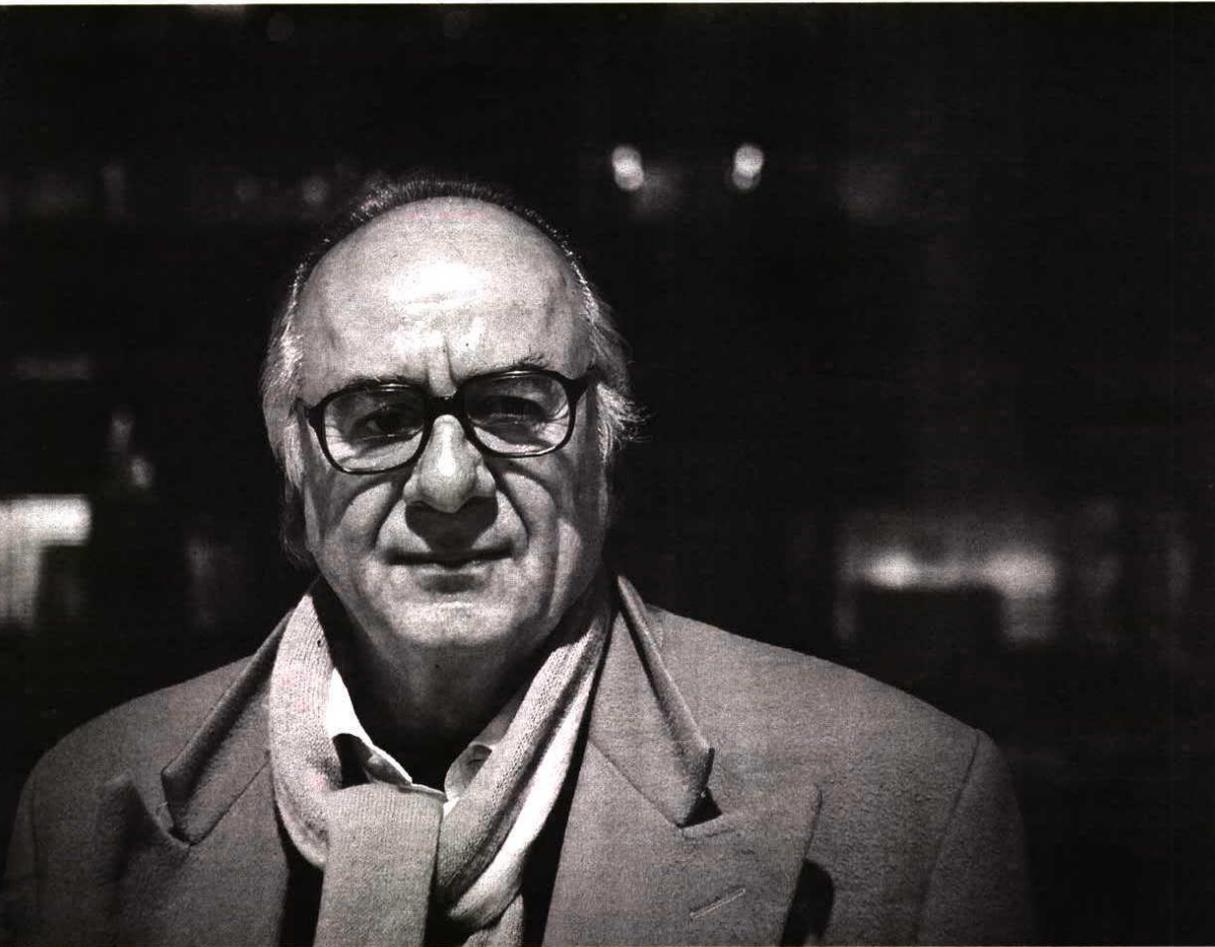
À semelhança da Grécia?

Na Grécia têm o Golden Dawn [Aurora Dourada], muito bem organizado, infiltrado junto das forças policiais. E está a tomar uma arrogância muito grande ao nível social. Até porque têm uma função social e com o descalabro do Estado, estão a fornecer comida, a organizar restaurantes populares. Em troca, naturalmente, pedem apoio político.

PERFIL

O SOCIÓLOGO QUE DEFENDE
UMA ALTERNATIVA À ESQUERDA

Sociólogo, professor catedrático jubilado da Faculdade de Economia de Coimbra, coordenador do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Boaventura Sousa Santos passa parte do ano no estrangeiro, nos Estados Unidos e no Reino Unido, onde dá aulas e faz investigação. Autor de vasta obra científica é um observador atento e participativo da vida do País, e, como ele próprio diz, próximo do PS, mas como independente. Faz uma análise crítica dos dias que o País atravessa e acredita que uma alternativa à esquerda, uma frente eleitoral capaz de congregar os vários partidos da oposição. E antecipa outras situações como a que se viveu em frente ao Parlamento no dia da greve geral, a 14 de Novembro. Nesse dia, afirma, “houve uma demonização do protesto que é muito negativa para o movimento de jovens que estão a ganhar confiança política e inconformados com a situação actual.” Diz que “a investida policial foi injusta, exagerada, para criar um problema, para intimidar os jovens, pôr a população contra eles e criminalizar o protesto social”.



“Na ausência de outros, o TC pode ser uma força democratizante da sociedade Portuguesa”

Podemos sair desta fase da vida do País com um Estado completamente diferente?

Sim. Temos aqui é uma ideologia, que o Estado é predador, e que tem de ser reduzido às funções de soberania e segurança. E é essa a agenda de um grupo de forças conservadoras que nunca estiveram muito de acordo com o Estado Providência que se criou depois do 25 de Abril. Tentaram destruí-lo. Nunca ganharam eleições para o fazer, aproveitaram a crise e a troika para fazerem aquilo que não podiam fazer de outra forma. Os seus aliados são os agentes internacionais que têm também essa agenda ideológica de querer tornar claro ao mundo que o sistema europeu faliu.

Ainda temos uma Constituição (CRP) que consagra o Estado Social.

O grande problema neste momento é saber qual vai ser a posição do Tribunal Constitucional (TC).

Este, como já aconteceu no passado, pode ser uma força democratizante da sociedade portuguesa. Já o foi na questão dos subsídios. Pode acontecer que, na ausência de outros sujeitos políticos, o TC acabe por ser uma instância última de democratização da sociedade portuguesa ao defender a CRP.

Seria então inevitável uma alternativa política?

Penso – isto é totalmente heterodoxo, mas é assim que eu penso – que, perante a catástrofe que se avizinha e perante o imobilismo dos partidos, precisamos de criar uma frente eleitoral, uma associação política, que junte gente do PS, do BE, do PCP, e que eventualmente se venha a apresentar a eleições se houver um contexto, digamos, de convulsão social que obrigue à convocação de eleições dessa forma. Se o processo for normal, não tenho dúvidas nenhuma que serão apenas

os partidos normais, agora se o processo for anormal, admito que surja uma frente eleitoral.

Para isso o Presidente da República teria de convocar eleições...

Sim, dissolver o Parlamento.

Acredita que o Presidente tomaria uma decisão dessas?

Acredito que os políticos podem não ser brilhantes, e este não o é, pelo contrário, é o mais medíocre que tivemos até hoje, mas tudo vai depender do que acontecer nas ruas. E eles estão a ver que vai haver muita convulsão social. Está tudo em saber a que nível de convulsão social pode haver uma intervenção desse tipo, em que o nosso sistema político entre também numa certa perturbação e possa surgir alguma força de agregação, de esquerda, moderada, mas que rompa com a troika.

E quem a integraria?

O Congresso das Alternativas Democráticas foi uma experiência de grande êxito em que pessoas de vários partidos discutiram seriamente alternativas. Não foi um congresso para criar partidos ou candidatos à Presidência da República, mas a situação portuguesa está a evoluir no sentido de que toda aquela riqueza de experiência, de alternativa, está a ser desperdiçada. Agora, tudo isto acontece numa situação de grande convulsão social e eu gostaria que ela não acontecesse. Que os partidos que existem pudessem resolver a situação, e que a UE, muito rapidamente, mutualizasse a dívida, reduzisse a dívida e os juros. E se isso for feito, não precisaremos de falar dessas outras soluções.

A decisão do PR relativamente ao OE pode ser um sinal?

Pode. Ou pode ser depois o TC, que certamente vai ter uma palavra. Não desanimemos totalmente.

O grande problema neste momento é qual vai ser a posição do Tribunal Constitucional. (...) Não desanimemos totalmente.

negocios.pt

Saiba mais



Dossiê

Estado Social

Consulte no site a série de trabalhos que o Negócios tem feito sobre a redefinição das funções do Estado.